



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 114197/2025

PROJETO DE LEI Nº 2752/2025

EMENTA: “Institui o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) no âmbito da Administração Tributária do Município de Araucária, conforme especifica.”

INICIATIVA: PREFEITO MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

PARECER Nº 223/2025

I – DO RELATÓRIO

Encaminha o Senhor Prefeito Municipal de Araucária para apreciação desta Câmara Municipal o projeto de lei em epígrafe, cuja ementa foi acima reproduzida acima, que institui o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) no âmbito da Administração Tributária do Município de Araucária, conforme especifica.

A justificativa consta do Ofício que encaminhou o projeto de lei a este Legislativo Municipal, a qual se transcreve abaixo:

“A proposição visa modernizar e tornar mais eficiente o relacionamento entre a Administração Tributária Municipal e os contribuintes, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 214, de 2025, que disciplina o novo sistema tributário nacional, notadamente quanto à obrigatoriedade do domicílio eletrônico para pessoas jurídicas.

A presente medida também contempla dispositivos que resguardam os direitos das pessoas físicas, garantindo-lhes a facultatividade da adesão ao sistema e a observância de normas de acessibilidade, especialmente no que se refere às pessoas idosas e com deficiência, conforme previsto na legislação federal vigente.

Desse modo, solicitamos que Vossa Excelência e demais vereadores que compõe essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei, em regime de urgência, na forma estabelecida no artigo 42, § 1º da Lei Orgânica do Município de Araucária.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

Cumprе ressaltar que a proposta acarreta aumento de despesa, a ser afe-rida no momento de ativação dos referidos cargos, sendo compatível com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual (Lei 4.507/2024), bem como de acordo com os termos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, nossa estima e distinta consideração.”

Após breve relatório, segue análise jurídica do projeto, a qual se limita a analisar sua viabilidade jurídica, cabendo às Comissões e ao Plenário a deliberação sobre o seu mérito.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA QUANTO A PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI

De início, cumpre salientar que a análise jurídica se limita a verificar os requisitos de viabilidade jurídica do Projeto, cabendo ao Plenário a deliberação sobre o mérito do projeto.

Além disso, cabe ressaltar que, em relação às proposições legislativas, é competência da Comissão de Constituição e Redação, nos termos do art. 52, I, e do Regimento Interno, a análise dos “aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa de todas as exceções proposições e elaboração da redação final.”

No mesmo sentido, o art. 54, caput, do Regimento interno expressamente dispõe:

“À Comissão de Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno”.

Já no que se refere à competência para legislar, os arts. 40, § 1º, alínea “b” e 56, III, da Lei Orgânica do Município, dispõe que compete ao Prefeito Municipal a iniciativa de projetos de lei e enviá-los à Câmara Municipal, senão vejamos:





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

(...)

b) do Prefeito; (...)”

“Art. 56. Ao Prefeito compete:

(...) III - iniciar o processo legislativo, nos casos previstos nesta Lei Orgânica do Município; (...)”

Por sua vez, o art. 41, inciso V, da Lei Orgânica, estabelece a competência privativa do Chefe do Poder Executivo na criação e adequação de atribuições de suas secretarias, vejamos:

“Art. 41. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que: (...)

V - criem e estruturem as atribuições e entidades da administração pública, direta e indireta”.

Antes a isso, não restam dúvidas de que, nos termos da Lei Orgânica de Araucária, iniciativa do presente projeto é do Prefeito Municipal.

O projeto também vem acompanhada da justificativa - Ofício Externo nº 4123/2025 – requisito este indispensável à tramitação legislativa no projeto de lei. Neste ofício, justifica-se a apresentação do projeto, dentre outros motivos, nos seguintes termos:

“A proposição visa modernizar e tornar mais eficiente o relacionamento entre a Administração Tributária Municipal e os contribuintes, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 214, de 2025, que disciplina o novo sistema tributário nacional, notadamente quanto à obrigatoriedade do domicílio eletrônico para pessoas jurídicas (...)”

Interessante destacar, igualmente, trecho do parecer da Procuradoria Geral do Município – PGM, a qual destaca a aderência da proposição aos consagrados princípios





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

norteadores da atuação da Administração Pública. Nesse sentido, extrai-se do referido Parecer, *in verbis*:

“A instituição do Domicílio Tributário Eletrônico - DTE no âmbito municipal representa não apenas exercício legítimo da competência legislativa local, mas também medida coerente com os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, conforme art. 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao modernizar os meios de comunicação com os contribuintes e reduzir custos administrativos com envio de correspondência física”.

(grifos nossos)

Ante ao exposto, verifica-se que a proposta legislativa, a qual objetiva instituir o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) no Município de Araucária, está em estrita aderência às alterações ocorridas na Constituição Federal com a reforma tributária, bem como as obrigações inseridas pela Lei Complementar nº 214, de 2025.

Dentre as obrigações inseridas pela Lei Complementar nº 214/2025, destacam-se àquelas previstas no art. 59, § 5º, bem como art. 332, as quais preveem a imposição às pessoas jurídicas de utilizarem o DTE como meio oficial de comunicação com as administrações tributárias, como também que intimações realizadas por meio do DTE serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

Nessa senda, deve-se observar que a proposição somente obriga as pessoas jurídicas a se credenciarem no DTE, restando como opcional às pessoas físicas, nos termos do art. 4º, incisos I e II.

Inclusive, resta consignado que a Administração deverá “*manter mecanismos acessíveis e adequados para garantir o atendimento aos contribuintes que não tenham acesso a meios eletrônicos*”. Esta formatação proposta, ao nosso ver, tem o condão de garantir às pessoas físicas o exercício de seus direitos constitucionais fundamentais.

Por último, anota-se que a proposição está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998,





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sem prejuízo de, na redação final do projeto de lei a ser elaborado pela Comissão de Justiça e Redação, a Mesa proceder com a correção de erros de linguagem e de técnica legislativa, sem alteração de conteúdo, nos termos do art. 145, I, do Regimento Interno (Resolução nº 01 de 1993) desta Casa.

III – DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, competete ao Prefeito Municipal a iniciativa do projeto de lei, o qual veio acompanhado de informação a respeito da inexistência de aumento de despesas ou renúncia de receitas, razão pela qual não se verifica óbice ao prosseguimento da proposição.

Diante do previsto no art. 52 e incisos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência da **Comissão de Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Orçamento**.

É o parecer.

Diretoria Jurídica, 08 de agosto de 2025.

MILTON CÉSAR TOMBA DA ROCHA
DIRETOR JURÍDICO
MATRÍCULA 7423
OAB/PR 46.984

WILLIAN GERALDO AZEVEDO
ADVOGADO
MATRÍCULA 2080
OAB/PR 83.946

LETHICIA CAROLINA BATISTA CEOLIN
ESTAGIÁRIA DE DIREITO

